

Martin Thomas, *The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization*, New Jersey, Princeton University Press, 2024, 650p., ISBN 9780691190921.

“Definir como e quando os impérios terminaram é difícil. Ao integrar fatores globais que aceleraram ou abrandaram a descolonização, a tarefa torna-se mais complexa”¹ (p. 335). Assim reflete Martin Thomas, um nome habitual para aqueles já familiarizados com a história dos impérios europeus, no capítulo final da sua obra mais recente, *The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization*. Publicada em 2024, a obra espelha aqueles que têm sido os principais interesses que animaram a carreira de Thomas: os padrões e complexidades que desaguaram no colapso dos impérios europeus, e a violência, enquanto objeto analítico, que caracterizou este período (e se arrastou para o seguinte). Para quem se interessa pelo tema, o presente trabalho é importante por aquilo a que se propõe e pelo modo como o pretende fazer.

Dividido em duas grandes partes, o livro ocupa-se, em primeiro lugar, de uma discussão analítica quanto aos múltiplos significados do conceito de “descolonização”, historicizando a sua relação de co-dependência com o conceito de “globalização”. É da discussão teórica a que o autor se presta nos capítulos iniciais que surge a justificação para a metodologia que governa o trabalho. A escolha de uma abordagem global para análise do fenómeno da “descolonização”, sempre plural nos seus significados, não decorre então, exclusivamente, da familiaridade do autor com os casos de estudo mencionados, nem mesmo do interesse que a metodologia tem recebido da comunidade historiográfica nos anos recentes. Ao invés, esta escolha nasce da própria natureza do objeto de análise. Como Thomas refere, tanto a construção como a desintegração dos impérios foram influenciadas pela circulação multidirecional de ideias, bens e pessoas, dinâmicas estas que são mais bem entendidas pela inclusão de perspetivas que vão além da análise de um único império (p. 35-36). Recuperando uma ideia que já ecoou em alguns dos seus trabalhos anteriores², a descolonização deve ser entendida como um processo que ganhou ímpeto de forma global, colocando desafios semelhantes aos diferentes impérios, fazendo

¹ Todas as traduções feitas nesta recensão são da responsabilidade do autor.

² Martin Thomas, Bob Moore e L. J. Butler, *Crises of Empire, Decolonization and Europe's Imperial States*, Londres, Bloomsbury, 2015.

com que o método das conexões, interrupções e trocas, característico da história global³ e da sua vertente transimperial⁴, se torne analiticamente imperativo.

A segunda parte do livro, consideravelmente mais extensa, é composta por 12 capítulos (excetuando a conclusão) e abarca um arco cronológico alargado, desde o fim da Primeira Guerra Mundial até à década de 1970. Numa proposta consideravelmente ambiciosa, Thomas propõe-se descortinar as formas como um objeto tão elástico como a “descolonização” se estendeu e materializou em geografias, cronologias e contextos tão distintos cuja única semelhança seria a existência de uma lógica de dominação, formal ou informal, entre as partes envolvidas. Apesar de reconhecer que as redes de solidariedade anti-imperiais de carácter transnacional, como o pan-africanismo e o pan-asianismo, antecederam a criação da Sociedade das Nações (SDN) (p. 72-75), Thomas arranca a sua análise mais fina dos processos de descolonização e fim dos impérios a partir desta organização. Mais concretamente, a partir dos instrumentos e conceitos legais que dela emanaram. Por um lado, Thomas foca-se no sistema de mandato da SDN para expor a violência intrínseca à reorganização dos territórios abrangidos por este. Por outro, expõe a maneira como a ideia de autodeterminação nunca constituiu um *corpus* unificado, sendo antes mais bem descrito como um termo guarda-chuva para o qual múltiplas ideias, muitas delas concorrentes entre si, contribuíram (p. 67-87).

O contributo historiográfico mais interessante que parte da análise do ecossistema da SDN é, no entanto, outro. Observando setores e atores até há pouco tempo relegados para segundo plano, os peritos e o saber técnico-científico, Thomas demonstra o modo como a recolha e sistematização de dados estatísticos (desde aqueles que diziam respeito aos índices calóricos das populações coloniais até à gestão das florestas), se tornou vital para a existência dos estados modernos. Argumentando corretamente que o “peso político atribuído à evidência científica acerca da performance administrativa cresceria com o decorrer do século” (p. 92), Thomas foi capaz de identificar e reconstituir a genealogia das práticas e iniciativas de desenvolvimento empreendidas tanto pelas organizações internacionais como pelas administrações imperiais tardias no pós Segunda Guerra Mundial, que foram posteriormente cooptadas e re-imaginadas pelos atores que pugnavam pelo fim dos impérios e lógicas associadas.

³ Sebastian Conrad, *What is Global History?*, New Jersey, Princeton University Press, 2016.

⁴ Daniel Hedinger e Nadin Heé, “Transimperial History - Connectivity, Cooperation and Competition”, *Journal of Modern European History*, 16 (2018), p. 429-452. (<https://doi.org/10.17104/1611-8944-2018-4-429>, consultado em 2025.01.22).

O “combate pelo desenvolvimento” ocupa uma porção considerável da segunda parte da obra e é através dele que grande parte dos argumentos de Thomas são explicitados. A necessidade de reenquadrar os diversos projetos imperiais como empreitadas socialmente benéficas, especialmente após o impacto devastador da Grande Depressão na vida das populações coloniais já fragilizadas (p. 8-106), motivou aquilo que alguns autores identificaram como uma “segunda ocupação colonial”⁵. Face aos protestos e devastação social que se estendiam da Argélia até à Indochina, as potências coloniais viam na “modernização económica, nas iniciativas de *welfare*, e na orientação científica uma forma de afastar os sujeitos coloniais da oposição radical [ao império] e encaminhá-los na direção do «nacionalismo construtivo»” (p. 240). A obra de Thomas mostra-nos, no entanto, que com os grandes planos de desenvolvimento veio também a despossessão massiva e racialmente ordenada de terras e solos agrários, a espoliação ambiental e a sujeição das populações civis à violência numa escala inédita, consequência da inadequação dos regimes legais internacionais para a proteção das populações coloniais (p. 188-245).

Explicitando o papel das sucessivas descolonizações na criação de um “mercado global de ajuda ao desenvolvimento” (p. 243), o autor demonstra a forma como o “terceiro-mundismo” encontrou uma expressão concreta nas tentativas, frustradas, de desenhar um novo ordenamento internacional que assegurasse a sua soberania económica. O falhanço da Nova Ordem Económica Internacional não explicita só a dificuldade de integração internacional dos estados pós-coloniais, mas também as profundas diferenças entre os estados recém-independentes, reforçando a necessidade de contingência analítica para todos aqueles que estudam os fenómenos em questão (p. 262-280). A descolonização ganhou um carácter global e interseccional, agregando líderes políticos, sindicalistas, estudantes e ativistas nas lutas contra as injustiças intrínsecas ao colonialismo (p. 107-122). No entanto, as insatisfações com os resultados políticos e económicos da descolonização resultaram no frequente degenerar dos novos estados em aparelhos autoritários, onde a agitação social se tornava prática comum (p. 279-280).

Entre os vários contributos da obra para a historiografia dos *impérios*, europeus ou não, considera-se importante destacar o facto de, das mais de 600 páginas apresentadas, cerca de 286 corresponderem às secções “notas” e “bibliografia”. Se o objeto de análise escapou ao imperialismo metodológico, as fontes e materiais recolhidos também o fizeram. Além dos 12 arquivos consultados, Thomas anexa

⁵ Donald Anthony Low e John Lonsdale, “Introduction: Towards the New Order, 1945” in Donald Anthony Low e Alison Smith (eds.), *History of East Africa*, vol. III; Oxford: Clarendon Press, p. 1-63.

uma longa lista de referências bibliográficas, incluindo autores oriundos das mais diversas geografias institucionais e físicas, tendo estes publicado em vários jornais, cada um respetivamente focado em diferentes metodologias e temas. É a riqueza de pontos de partida analíticos e ferramentas metodológicas distintas, que alimentando as conclusões deste trabalho, dão a Thomas a capacidade de se propor realizar um estudo tão abrangente.

Um outro aspeto que merece relevo é a inclusão de casos de análise que têm sido marginalizados historiograficamente. Ao longo dos vários capítulos deste livro, o leitor é confrontado com vários processos de re-imaginação imperial que se dão para lá dos centros metropolitanos ou territórios coloniais tradicionalmente analisados. O “exótico” não deve ser mencionado meramente por ser diferente, mas sim por permitir repensar a relação do “centro” com as suas diversas periferias, e é precisamente a isto que Thomas se propõe. Veja-se, a título de exemplo, o caso da Rebelião Malgaxe de 1947 (p. 136-140). Uma forma de protesto contra a pobreza crónica, exacerbada pelo esforço de guerra que marcara os anos anteriores, os eventos em questão expõem a elasticidade, ou deficiências, da administração colonial francesa, especialmente aquela que reclamava alguma legitimidade legal pela sua alegada capacidade reformista. Ao contrário do que acontecera nos territórios franceses da África ocidental, onde a militância autóctone terá contribuído para a melhoria das condições sociais e laborais no pós Segunda Guerra Mundial, as reivindicações malgaxes acabariam por se perder dentro da violência dos próprios atos, em parte pela ausência de um serviço para os assuntos nativos, que pudesse ser peticionado, auscultasse e integrasse as populações locais.

Mais do que uma coleção de diferentes eventos espalhados pelos territórios coloniais, casos como este, presentes ao longo da obra de Thomas, contribuem para um dos seus argumentos-chave. A administração imperial, parte ativa dos processos de descolonização, foi altamente elástica quando vista de forma diacrónica. Mas também o foi quando vista por um prisma sincrónico que considera diferentes territórios sob a mesma administração. Aqui, ressalve-se o facto de grande parte dos micro-laboratórios apresentados por Thomas dizerem respeito a territórios que em algum ponto foram administrados pelos franceses ou britânicos, com a ocasional inclusão dos territórios portugueses nos capítulos finais da obra (capítulo 15). Não se deve deixar de ter em conta que este não é um volume coletivo, mas sim uma monografia, e que tal empreitada será sempre condicionada pela especialização do próprio autor. O leitor mais curioso pode, no entanto, e recuperando um aspeto já mencionado, recorrer à extensa e clara secção de notas e bibliografia para procurar trabalhos que lhe permitam aprofundar determinado aspeto.

Como o autor indica, “ainda há caminho a percorrer” (p. 350) quanto ao refazer do mundo pelos processos de descolonização, dinâmica presente no título da própria obra. As diversas partições e violência que daí emergiu e se mantém até ao presente; a ocupação israelita dos territórios palestinianos, particularmente relevante nos tempos que correm; os ensaios nucleares realizados nos territórios franceses da Nova Caledónia na década de 1980; o genocídio do Ruanda de 1994; e a administração britânica contemporânea das Ilhas de Chagos, dão o mote para a conclusão final do livro: “Os impérios [formais] terminaram, mas a descolonização permanece ainda profundamente incompleta” (p. 349). Thomas apresenta um desafio ostensivo na introdução da sua obra, “repensar o que a descolonização é” (p. 7). O decorrer da obra demonstra que este desafio não deve ser entendido como a busca por uma redefinição exata do objeto analítico da “descolonização”, facilmente delimitável na sua cronologia e alcance. Tal tarefa colapsaria sobre si mesma, dada a diversidade de laboratórios de observação apresentados. Aquilo que Thomas demonstra é que a descolonização foi um processo de múltiplas partes em movimento, variado na sua forma, grau e finalidade, e que tal complexidade requer a adoção de perspetivas simultaneamente globais e contingentes (p. 335-336), capazes de localizar os objetos de estudo naquele que foi, e ainda é, um turbilhão de incertezas e ideias conflitantes.

Considerando tudo isto, o livro em questão seguramente ocupará um lugar proeminente nos currículos universitários nos próximos anos, e uma tradução do mesmo para a língua portuguesa beneficiaria a nossa academia. Isto não faz dele, no entanto, um trabalho a partir do qual não se possam expandir certas questões. Thomas diagnostica corretamente o facto de as agências internacionais se terem tornado pontos nodais para os movimentos anticoloniais, a partir das quais estes expressaram as suas reivindicações (p. 335-350). Resta saber, no entanto, até que ponto é que estas mesmas agências não foram palco para a convivência entre estes atores e os estados imperiais tardios (veja-se o caso português), chegando mesmo a existir enquanto locais de construção e legitimação imperial até mais tarde do que uma leitura superficial destas questões pode sugerir.

André Ribeiro Fernandes

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura,

Faculdade de Letras

andrefernandes5200@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-3901-8281>

